

Brasil prepara corte de gastos públicos

Ugo Braga e
Paulo Silva Pinto
Da equipe do **Correio**

151

O governo já tem um esboço do plano a ser lançado caso a Argentina decreta moratória de sua dívida externa. Foi traçado ontem, durante reunião que durou a tarde inteira. Participaram dela os ministros da Fazenda e do Planejamento, o presidente do Banco Central (BC) e três de seus diretores. Em essência, a estratégia é apresentar um novo pacote fiscal, desta vez centrado em corte de gastos públicos. Cálculos preliminares prevêem a necessidade de adiar aproximadamente R\$ 15 bilhões em despesas previstas no orçamento deste ano. Significa que o governo teria que cancelar todos os investimentos programados até dezembro.

O presidente do BC, Armínio Fraga, é o principal arquiteto do plano. Ele esteve na Europa e nos Estados Unidos, conversando com grandes investidores internacionais. Ouviu um recado muito mais pessimista do que esperava. Algo que pode ser traduzido em números. Em vez dos US\$ 20 bilhões em investimentos diretos esperados pelo governo para este ano, a projeção dos fundos estrangeiros é de que só US\$ 16 bilhões venham para o país, por causa da crise argentina. Desses, US\$ 10 bilhões já entraram no primeiro semestre. Alarmado, o presidente do BC antecipou seu retorno ao Brasil de hoje para ontem. Ao chegar, tomou o primeiro avião do Rio para Brasília e seguiu imediatamente para o gabinete do ministro Pedro Malan.

Quando a reunião começou — Malan impediu seus assessores de participarem —, Fraga fez um relato detalhado das conversas que manteve no exterior. Trouxe análises do Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) segundo as quais haverá retração grave no ritmo de crescimento das principais economias do mundo. O comércio internacional tende a piorar. Os fluxos financeiros também.

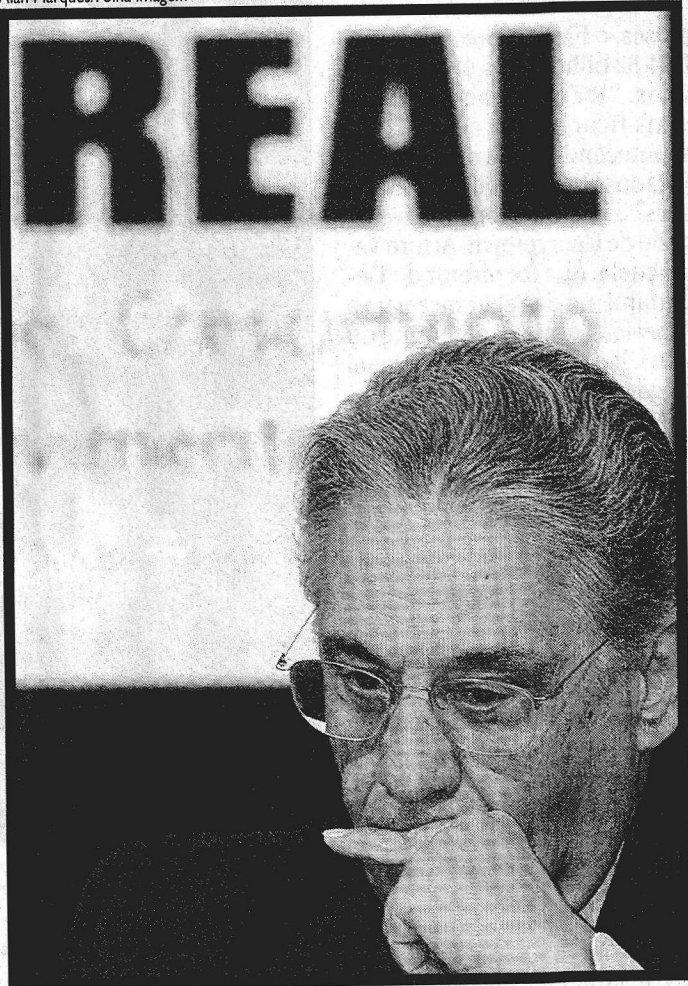
Como o Brasil sabidamente está contaminado pela crise argentina, a equipe econômica do governo decidiu traçar os planos desde já. Em primeiro lugar, combinou-se que nada do que foi discutido poderia tornar-se público — algo que eles não conseguiram fazer. A idéia é não antecipar medidas, para não correr o risco de ter que anunciar outras depois, dando a impressão de que houve erro na dose. “A precisão deve ser cirúrgica”, contou um interlocutor do ministro do Planejamento, Martus Tavares. O governo quer lançar seu pacote no momento exato para mostrar-se firme.

O objetivo dos cortes no Orçamento — a principal das medidas em discussão —, é ampliar o superávit primário (saldo de receitas e despesas da União, estados, municípios e estatais, excluídos gastos com juros). O que se quer é conseguir dinheiro para não ter que rolar a dívida pública e segurar sua atual proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Hoje, essa relação está beirando os 52% do PIB. Dadas as projeções de dois dos principais indexadores da dívida pública (câmbio e juros), tem-se a necessidade de ajuste de 1% do PIB, ou R\$ 15 bilhões. É esperada a edição de uma medida provisória criando um novo limite de gastos. A exposição de motivos teria sido encomendada a Martus Tavares. Ao optar pelo ajuste na política de gastos, o governo quer preservar a política monetária, ou seja, pretende aumentar a taxa de juros no mínimo possível. Assim, espera conseguir frear a corrida contra o real que se seguirá à moratória argentina sem comprometer ainda mais o crescimento econômico deste ano.

ENQUANTO ISSO NO ANIVERSÁRIO DO REAL...

Alan Marques/Folha Imagem



FERNANDO HENRIQUE: NA FESTA DO REAL, NINGUÉM FALOU EM DÓLAR

O lado perverso da crise econômica ficou escondido debaixo do tapete na festa promovida ontem pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (foto) para comemorar os sete anos do Plano Real, lançado em 1º de julho de 1994. Justo no dia em que o dólar batia novo recorde, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, no melhor dos estilos, falava das maravilhas de uma economia com inflação sob controle. Diante de um auditório que não acompanhava a variação da moeda norte-americana, o Fernando Henrique reforçou os elogios de Malan à atuação do governo. Disse que privatizou para aumentar investimentos no país, mesmo a contragosto. “Pessoalmente, prefiro o público ao estatal e ao privado”, revelou. Ele afirmou ter confiança de que fará seu sucessor: “Cansei de ganhar de gente que está à minha frente em pesquisa de opinião. Vou ganhar de novo, pelo Brasil, com muita fé. Temos muito ainda o que fazer. E vamos fazer”. Aos aliados que às vezes votam contra o governo, reservou algumas farpas. “Ou é base ou não é”, advertiu o presidente.